

FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA DE BAIXA RENDA NAS ZONAS SUL E NORTE DE TERESINA: COMPOSIÇÃO, TRABALHO E FORMAS DE APOIOS FORMAIS E INFORMAIS

Jeane Mayana dos Santos Amorim (Bolsista PIBIC/CNPq), Solange Maria Teixeira (Orientadora, Depto de Serviço Social – UFPI).

O estudo centralizou-se nas discussões sobre a configuração das famílias monoparentais femininas, isto é, o arranjo familiar cujo principal provedor é a mulher que não tem cônjuge e vive apenas com os filhos. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa ou subprojeto ora relatado é levantar e analisar um conjunto de dados que permitam identificar o perfil das famílias entrevistadas, as estratégias de sobrevivência e existência utilizadas pelas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade, com destaque para as redes de apoios informais e formais, ou seja, aquelas formadas pela família, compadres, amigos e vizinhos e aquela composta pelo Estado, com as políticas públicas e organizações da sociedade civil, dentro do contexto das famílias da zona sul e norte de Teresina.

A pesquisa foi dividida em quatro frentes de trabalho, cada um com objetivos específicos, logo, também tiveram metodologias e estratégias de investigação variadas e específicas, todas ligadas à temática geral. A primeira frente tratou de levantamentos bibliográficos e sistematizações de pesquisas realizadas sobre o tema. A segunda frente tratou do levantamento de dados do IBGE sobre família brasileira, com destaque para a família monoparental. A terceira e a quarta frente fizeram referência à coleta e tratamento de dados obtidos via questionários com uma estrutura de perguntas fechadas que permitem a quantificação das respostas obtidas junto aos membros das famílias monoparentais femininas da zona sul e norte de Teresina, onde foi usada uma metodologia quantitativa do tipo survey. Foi uma amostragem de grupos de 20 famílias residentes em vilas da zona sul e 19 famílias que residem em bairros e vilas da zona norte de Teresina, onde foi aplicado um questionário para cada família. A aplicação dos questionários da zona sul ocorreu em maio e junho de 2011, na Vila Irmã Dulce, Loteamento Sete Estrelas (Bairro Angelim), Vila Paraíso e Vila Francisco Gerardo (Bairro Santo Antonio). Os questionários da zona norte também foram aplicados em maio e junho, mas de 2012, nos bairros Mafrense, Poty Velho, Monte Verde (Loteamento Leonel Brizola), Alto Alegre e Vila São Francisco Sul. Os dados foram quantificados, tabulados, e expostos em tabelas e analisados conforme a prevalência ou regularidade das variáveis detectadas.

A respeito dos arranjos familiares observamos na literatura estudada que a família na contemporaneidade vem passando por várias transformações, pois os padrões de formação, dissolução e reconstituição desta ficam cada vez mais heterogêneos e seus limites mais imprecisos. Dentre esses novos arranjos pode-se perceber que as famílias chefiadas por mulheres, em especial as monoparentais, têm crescido nos últimos anos. Segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) no conjunto do País, a média, em 2009, foi de 17,2%, mostrando crescimento maior em relação a 1998 (16,7%).

Nessa perspectiva, para entender melhor a realidade e a dinâmica das famílias de baixa renda da zona sul e norte de Teresina, merece ser destacado inicialmente com relação

ao perfil e à composição familiar, o fato de que as duas zonas apresentam algumas semelhanças quanto ao grau de escolaridade que é bem baixo, pois na zona sul o percentual de mulheres que possuem o ensino fundamental incompleto chega a 40% e na zona norte esse percentual é de 52,6%. Também há semelhança em relação à situação civil em que a maioria é mãe solteira e separada e quanto aos motivos de morar apenas com os filhos que é em virtude de separação conjugal.

Uma diferença notável é quanto à renda, já que as famílias monoparentais da zona sul ganham um valor mensal maior do que as da zona norte, onde a maioria (47,3%) das entrevistadas conta com apenas $\frac{1}{2}$ salário mínimo para atender às necessidades familiares. Outra diferença é em relação as formas de ocupação profissional, na zona sul a maior parte das mulheres (65%) trabalha no setor informal, nas atividades de diarista, empregada doméstica e manicure, enquanto que as poucas mulheres que trabalham na zona norte (31,5%), o fazem no setor formal, mais precisamente em atividades de zeladora de creches e auxiliar de serviços gerais.

No que tange ao apoio das redes informais, de solidariedade e ajuda mútua, o principal elemento a ser destacado é que na zona sul essa prática é bem enraizada e comumente exercida entre as famílias monoparentais femininas de baixa renda, pois de acordo com a pesquisa percebeu-se que 60% das mulheres recebem alguma ajuda de parentes, amigos e vizinhos, sendo a forma de ajuda mais frequente o apoio material. Entretanto, na zona norte a realidade não é essa, já que 42,1% das entrevistadas responderam que não costumam receber ajuda de ninguém em caso de dificuldades financeiras e materiais, 89,4% não conta com ninguém para ajudar nas atividades domésticas e 47,3% não recebe nenhum auxílio no cuidado com criança, idoso e deficiente. Cabe ressaltar que quando recebe algum apoio o principal é o afetivo. O que significa que não devemos generalizar a ideia de que a família pobre funciona em rede de auto-ajuda, embora esta ainda esteja presente, ela tem esgotado a capacidade de ajuda pelas dificuldades da vida.

Nesse sentido, torna-se visível que a família precisa de apoios direcionados ao maior e melhor usufruto de bens e serviços indispensáveis à alteração da qualidade de vida e exclusão a que estão submetidos a fim de responder às expectativas de sobrevivência e vivência destas famílias (CARVALHO, 2008).

Assim como na zona sul, na zona norte a maior parte das entrevistadas afirmaram receber algum benefício em dinheiro do governo, mais especificamente o bolsa família e a aposentadoria. Para elas é muito importante o auxílio desses benefícios, apesar de não ser suficiente para administrar as despesas do lar. As respostas também foram semelhantes nas duas zonas quanto aos serviços públicos que se beneficiam, sendo os mais frequentes a saúde, a educação e o transporte.

No que diz respeito às redes de apoio não governamental, nenhuma família entrevistada na zona sul recebe alguma ajuda de entidades comunitárias ou da igreja, diferente da zona norte, onde duas famílias (10,5%) contam com o apoio dessas instituições na alimentação e educação dos filhos, o que tem um grau de importância bastante elevado para

elas na medida em que alivia suas tensões, dificuldades e responsabilidades pelo o desafio de ser mãe sozinha.

Portanto, esse estudo proporcionou uma reflexão importante acerca de como essas famílias se organizam para garantir a sobrevivência do seu grupo familiar, de suas relações, das suas transformações, em especial com o trabalho remunerado e não remunerado da mulher, com o acesso aos serviços públicos, a existência ou não de uma rede informal que se estenda para além do domicílio com quem pode contar, dentre outros aspectos que são importantes para caracterizar a família de baixa renda contemporânea, sobre a qual incidem grandemente as propostas de políticas, programas e projetos sociais com centralidade na família.

PALAVRAS-CHAVE: Monoparentalidade feminina. Pobreza. Redes informais e formais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Luiza. “Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida”. *Revista de Serviço Social e Sociedade*. N° 57. Ano XIX. São Paulo: Cortez, 1988.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. Org. KALOUSTION Manoug Sílvio. Família Brasileira: a base de tudo. 8. Ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF-UNICEF, 2008

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. . <http://www.ibge.gov.br>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. <http://www.ibge.gov.br>

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). Família brasileira, a base de tudo. 8° ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2008.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n° 53, p. 389-404, maio/agosto, 2008.

MENDES, Mary Alves. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. Revista VEREDAS FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências, n° 1 – janeiro a junho de 2008.

MESQUITA, Adriana de Andrade. Proteção social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas em análise. Londrina, 2010

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007

SEADE. <http://www.seade.gov.br>

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.;HIRATA, H. *Mercado de trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Políticas Públicas Para a Família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade: Família*. N° 71. Ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.